

Área: Estratégia | Tema: Temas Emergentes em Estratégia

Análise da competitividade turística dos 65 destinos indutores brasileiros a partir dos relatórios do Ministério do Turismo

Analysis of the tourism competitiveness of the 65 destinations of brazilian inductors from the reports of the ministry of tourism

Beatriz Klimeck, Celina Franco Hoffmann, Gilnei Luiz De Moura, Luciana Davi Traverso e Roberto De Gregori

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os índices de competitividade dos 65 destinos indutores no período de 2008 a 2015 e, dessa forma, apresentar as principais mudanças positivas e negativas dos destinos. Para este estudo foi utilizada a pesquisa documental, realizada com base nos relatórios de competitividade disponibilizados pelo Ministério do Turismo. Como principais resultados constatou-se que os destinos com maior fluxo de turistas e que tem o turismo como uma atividade difundida foram os que mais se desenvolveram, contudo, apesar de uma grande diversificação de destinos, todos conseguiram ter uma melhora significativa no decorrer dos anos.

Palavras-Chave: Turismo, Competitividade Turística, Destinos Indutores.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the competitiveness indices of the 65 inductive destinations from Brazilian states, during 2008 to 2015 and, in this way, to present the main positive and negative changes of the destinations, as well as to identify which destinations were evaluated with better and lower levels of competitiveness. For this study, documentary research was used, based on the competitiveness reports provided by Tourism's Ministry. As main results it was found that the destinations with greater flow of tourists and that has tourism as a widespread activity were the ones that developed more, although all destinations improved over the years.

Keywords: Tourism, Tourism Competitiveness, Inductive Destinations.

Eixo Temático: Estratégia

**ANÁLISE DA COMPETITIVIDADE TURÍSTICA DOS 65 DESTINOS INDUTORES
BRASILEIROS A PARTIR DOS RELATÓRIOS DO MINISTÉRIO DO TURISMO**

**ANALYSIS OF THE TOURISM COMPETITIVENESS OF THE 65 DESTINATIONS
OF BRAZILIAN INDUCTORS FROM THE REPORTS OF THE MINISTRY OF
TOURISM**

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo analisar os índices de competitividade dos 65 destinos indutores no período de 2008 a 2015 e, dessa forma, apresentar as principais mudanças positivas e negativas dos destinos. Para este estudo foi utilizada a pesquisa documental, realizada com base nos relatórios de competitividade disponibilizados pelo Ministério do Turismo. Como principais resultados constatou-se que os destinos com maior fluxo de turistas e que tem o turismo como uma atividade difundida foram os que mais se desenvolveram, contudo, apesar de uma grande diversificação de destinos, todos conseguiram ter uma melhora significativa no decorrer dos anos.

Palavras-chave: Turismo, Competitividade Turística, Destinos Indutores.

ABSTRACT

The objective of this article was to analyze the competitiveness indices of the 65 inductive destinations from Brazilian states, during 2008 to 2015 and, in this way, to present the main positive and negative changes of the destinations, as well as to identify which destinations were evaluated with better and lower levels of competitiveness. For this study, documentary research was used, based on the competitiveness reports provided by Tourism's Ministry. As main results it was found that the destinations with greater flow of tourists and that has tourism as a widespread activity were the ones that developed more, although all destinations improved over the years.

Keywords: Tourism, Tourism Competitiveness, Inductive Destinations.

1 INTRODUÇÃO

O setor de turismo ganha destaque por ser um impulsionador do crescimento econômico e social, colaborando para a geração de empregos, receitas e impostos, além do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) (MONTEIRO; FERNANDES, 2015). Para o desenvolvimento do setor, contudo, segundo Domareski (2011), a indústria turística depende de bons atrativos por ser baseada na oferta de recursos e serviços, os quais devem compartilhar de ganhos e perdas em razão das vantagens competitivas.

A competitividade vista sob o enfoque econômico é avaliada por meio de resultados de ações já executadas, na forma de indicadores macroeconômicos regionais e nacionais. Enquanto na ótica da administração, é vista pela eficiência na gestão de recursos estruturais, baseada em uma perspectiva que antecede a ação gerencial ou de decisão, conforme preconiza a Teoria dos Recursos, introduzida por Barney (1991) que argumenta que os recursos de uma organização são as capacidades, os processos organizacionais, os atributos, a informação e o conhecimento, os quais se configuram em fatores gerenciáveis que permitem ao destino conceber e implementar estratégias (MTur, 2015).

Ao transpor tais pressupostos ao contexto do turismo, o estudo realizado pelo MTur (2015) apresentou o conceito de competitividade como “a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva”. Adicionalmente, a competitividade turística declara não envolver apenas recursos naturais e culturais ou a estrutura de desenvolvimento da atividade turística de um destino, mas também sua base governamental e social, tendo em vista o alcance de uma visão abrangente dos fatores influenciadores diretos e indiretos de seu desempenho (HOFFMANN, 2013 apud PRZYBYSZEWSKI, 2017).

As nações que apresentam vantagens competitivas são as que identificam as expectativas de mercado, o turista atual e potencial, e, a partir do conhecimento gerado, elaboram planos de ação de curto, médio e longo prazo. O Brasil mantém estudos e pesquisas voltados a este setor desde 2003, quando o Ministério do Turismo (MTur) foi criado para se dedicar exclusivamente à estruturação de políticas públicas decorrentes. A competitividade passou a ser examinada a partir do Programa de Regionalização do Turismo, que identificou 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico brasileiro, considerados aqueles que têm a capacidade de induzir o desenvolvimento regional, caracterizados por serem receptores e/ou distribuidores de um fluxo turístico (Mtur, 2008).

A partir da identificação destes destinos indutores, foram realizadas pesquisas e relatórios com o intuito de estruturar estes destinos visando aumentar sua competitividade, mediante a premissa de que “o turismo não se desenvolve em apenas um município, mas sim em uma região que possui identidade turística” (FAVERO, 2012, p.2). Por isso, torna-se pertinente considerar que a competitividade seja analisada no setor de turismo, para que se possa estudar e monitorar a competitividade dos principais destinos indutores brasileiros, já que por meio destas análises que serão formuladas as políticas e estratégias de ação (Mtur, 2015).

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a competitividade turística dos 65 destinos indutores brasileiros, referente ao período que compreende os anos de 2008 a 2015, com vistas a caracterizar a evolução dos fatores que compõem a avaliação da competitividade, conforme os relatórios do Ministério do Turismo. Para a execução deste trabalho, subdividiu-se em etapas compostas em mais quatro seções, na seguinte ordem: referencial teórico, método utilizado no estudo, análise dos dados e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para elucidação do objetivo proposto, faz-se necessária a compreensão da temática que permeia o presente trabalho, com isso, busca-se entender alguns conceitos e elementos que subsidiam o entendimento sobre competitividade. A partir disso, o referencial teórico subdivide-se em dois tópicos: a) competitividade nos destinos turísticos e b) o estudo de competitividade dos 65 destinos indutores realizado pelo Ministério do Turismo.

2.1 COMPETITIVIDADE NOS DESTINOS TURÍSTICOS

A instabilidade dos mercados quanto aos níveis de concorrência, crises econômicas que afetam a relação oferta-demanda aliada as inovações impactantes reforçam a necessidade de repensar a competitividade a cada reação às demandas externas e internas ao mercado.

A Resource-Based View (RBV) ou Teoria Baseada em Recursos introduzida a partir de Barney (1991) tem como premissa a relação entre o desempenho organizacional por via de recursos organizacionais internos e nas condições pelas quais são geridas e utilizadas essas vantagens.

Na visão do autor a RBV apresenta duas características fundamentais para que os recursos organizacionais internos viabilizem a vantagem competitiva, a heterogeneidade e a imobilidade dos recursos. A primeira corresponde aos recursos específicos e inimitáveis pelos quais uma organização é particularizada e diferenciada diante de concorrentes, a segunda está relacionada à condição de transferência deste recurso que não ser facilmente permeável para além do contexto organizacional.

A RBV aplicada ao contexto do turismo inclui a noção de que o destino turístico possui vantagem competitiva sustentável quando é implementada uma estratégia de criação de valor que ainda não foi praticada por nenhum dos destinos concorrentes atuais ou potenciais e quando os mesmos são incapazes de duplicar os benefícios desta estratégia.

Segundo Limberger (2012) no contexto do turismo os primeiros estudos relacionados à competitividade estão associados aos destinos turísticos, pois com o surgimento de novos destinos, juntamente com o progresso da tecnologia de informação no setor, foi se tornando necessário que se estabelecessem vantagens perante os destinos concorrentes. Portanto Gândara (2008) destaca que é importante cada destino turístico identificar os elementos que os diferenciam para criar uma imagem que seja competitiva perante os demais, já que a utilização de uma imagem diferenciada é algo que, cada vez mais, tem sido objetivo estratégico para a vantagem competitiva.

Contudo, até o presente momento, não há consenso sobre a definição de competitividade do destino turístico e menos ainda sobre seus fatores determinantes (SETTE, SANTOS, UVINHA, 2017). No entanto, apesar dessa falta de definição, o que existe em comum entre todas as abordagens é que, segundo Domareski-Ruiz (2015, p. 18), “Toda proposta de desenvolvimento da competitividade de destinos turísticos está focada na geração de emprego e renda e no intuito de promover o desenvolvimento econômico”.

Dessa forma, Crouch, Ritchie (1999, p. 139, tradução nossa) afirmam que se “reconhece que, para obter sucesso, as destinações precisam garantir que sua atratividade geral, e a totalidade das experiências que entregam a seus visitantes, devem ser iguais ou superiores a aquelas experiências alternativas de destinos aberta aos potenciais visitantes”.

Contudo, ao mesmo tempo em que atrai mais visitantes, proporciona maior satisfação e experiências inesquecíveis, aumentando seus gastos, porém prezando pelo bem-estar de seus residentes e preservando o destino para gerações futuras (CROUCH; RITCHIE 1999).

Hassan (2000) argumenta que a competitividade nos destinos turísticos pode se distinguir em dois tipos: comparativa e competitiva; a primeira remete a fatores característicos do local,

como aspectos naturais, históricos e culturais, enquanto as vantagens competitivas são medidas para se destacar dos demais concorrentes. Hassan (2000) ainda destaca que a manutenção das vantagens comparativas é o que determina a motivação do turista pelo destino. Dessa forma Kim e Dwyer (2003) concluem que as vantagens obtidas podem trazer apenas benefícios temporários, se não forem devidamente monitoradas para que sejam sustentáveis tanto em âmbito econômico, como ecológico, social, cultural e político, de maneira a garantir uma vantagem duradoura.

2.2 ESTUDO DE COMPETITIVIDADE DOS 65 DESTINOS INDUTORES BRASILEIROS

Diante de um contexto nacional carente de indicadores da atividade turística, o Ministério do Turismo (MTur) e o Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) solicitaram à Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2007, a elaboração de um estudo capaz de captar e monitorar a evolução da atividade turística de destinos turísticos ao longo do tempo (BRASIL, 2010).

Esta pesquisa foi realizada nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015 sendo aplicada nos 65 destinos indutores do turismo no Brasil. No ano de 2012, de acordo com e-mail recebido do Ministério do Turismo, a pesquisa não foi realizada por motivos técnicos internos das instituições que estavam à frente do processo.

A identificação dos 65 destinos indutores do turismo foi elaborada com base no Plano Nacional de Turismo e do Programa de regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, os quais foram escolhidos com base em seu grau de relevância e suas qualificações turísticas (MTur, 2008). Dessa forma, o Mtur buscou escolher estes destinos, sendo estes todas as capitais e no máximo 5 destinos por Estado. O intuito deste trabalho foi de diagnosticar a realidade dos destinos indutores, a fim de permitir que cada destino consiga medir seu grau de competitividade para, a partir disso, criar estratégias que proporcionem maiores vantagens competitivas (MTur, 2015).

Inicialmente a metodologia foi desenvolvida com base em 13 dimensões: Infraestrutura geral; Acesso; Serviços e equipamentos turísticos; Atrativos turísticos; Marketing e promoção do destino; Políticas públicas; Cooperação regional; Monitoramento; Economia local; Capacidade empresarial; Aspectos sociais; Aspectos ambientais; Aspectos culturais - ligadas à atividade turística. Posteriormente a Fundação Getúlio Vargas realizou um mapeamento das condições que se encontravam os 65 destinos estudados e propuseram que a análise fosse realizada em cinco macrodimensões de análise: Infraestrutura, turismo, políticas públicas, economia e sustentabilidade, sendo que as 13 dimensões iniciais foram contempladas em variáveis destas macrodimensões, como mostra o quadro 1, buscando possibilitar maior precisão na análise dos dados (MTur, 2014).

A proposta é que estes estudos sirvam como base para um relatório gerado anualmente que, segundo o Ministério do Turismo (2013), permitirá aos destinos informações que os ajudarão a planejar e desenvolver vantagens competitivas, através de elaboração de políticas públicas que possam vir a eliminar os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística. Segundo o SEBRAE, contudo, em manifestação por e-mail, a pesquisa não foi realizada em 2016 em decorrência de falta de aporte financeiro com esta finalidade.

Dessa forma, a utilização do termo competitividade torna-se mais clara quando considerada no contexto do turismo, visto que requer planejamento e estudo aprofundado das características que podem alavancar ou podem diminuir a competitividade de um destino turístico em relação a outro.

Quadro 01 – Macro divisões de análise e suas variáveis

	Dimensões	Variáveis
Infraestrutura	Infraestrutura Geral	Capacidade de atendimento médico ao turista; Fornecimento de energia; Serviço de proteção ao turista; Estrutura urbana nas áreas turísticas;
	Acesso	Acesso aéreo; Acesso rodoviário; Acesso aquaviário; Acesso ferroviário; Sistema de transporte no destino; Proximidade de grandes centros emissores de turistas;
Turismo	Serviços e equipamentos turísticos	Sinalização turística; Centro de atendimento ao turista; Espaço para eventos; Capacidade dos meios de hospedagem; Capacidade do turismo receptivo; Estrutura de qualificação para o turismo; Capacidade dos restaurantes;
	Atrativos turísticos	Atrativos naturais; Atrativos culturais; Eventos programados; Realizações técnicas, científicas e artísticas;
	Marketing	Plano de marketing; Participação em feiras e eventos; Promoção do destino; Página do destino na internet;
Política	Políticas públicas	Estrutura municipal para apoio ao turismo; Grau de cooperação com o governo estadual; Grau de cooperação com o governo federal; Planejamento para a cidade e para a atividade turística; Grau de cooperação público privada;
	Cooperação regional	Governança; Projetos de cooperação regional; Planejamento turístico regional; Roteirização; Promoção e apoio à comercialização de forma integrada;
	Monitoramento	Pesquisas de demanda; Pesquisas de oferta; Sistema de estatísticas do turismo; Medição dos impactos da atividade turística; Setor específico de estudos e pesquisas;
Economia	Economia local	Aspectos da economia local; Infraestrutura de comunicação; Infraestrutura e facilidades para negócios; Empreendimentos ou eventos alavancadores;
	Capacidade empresarial	Capacidade de qualificação e aproveitamento da pessoa local; Presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; Concorrências e barreiras de entrada; Número de empresas de grande porte, filiais e/ou subsidiárias;
Sustentabilidade	Aspectos sociais	Acesso à educação; Empregos gerados pelo turismo; Política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; Uso de atrativos e equipamento turísticos pela população; Cidadania, sensibilização na atividade turística;
	Aspectos ambientais	Estrutura e legislação municipal do meio ambiente; Atividades em curso potencialmente poluidoras; Rede pública de distribuição de água; Rede pública de coleta e tratamento de esgoto; Coleta e destinação pública de resíduos; Unidades de conservação no território municipal;
	Aspectos culturais	Produção cultural associada ao turismo; Patrimônio histórico e cultural; Estrutura municipal de apoio à cultura;

Fonte: Elaborado com base em Domareski-Ruiz; Akel; Gândara (2015, p. 27).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o objetivo de analisar a competitividade turística dos destinos brasileiros no período de 2008 a 2015, o presente trabalho classifica-se na abordagem qualitativa, cujo método de investigação consiste na pesquisa documental a qual “[...] visa, assim, selecionar, tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica [...]” (SILVA; GRIGOLO, 2002 apud RAUPP, 2003, p.89). Os documentos considerados referem-se aos relatórios anuais elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE), a partir de demanda de projeto elaborado pelo Ministério do Turismo.

Nestes relatórios foram descritas as principais mudanças positivas e os aspectos que ainda precisam ser melhorados nas dimensões de análise referenciadas pelo quadro 1. Dessa forma, os relatórios referem-se aos anos de 2008; 2009; 2010; 2011; 2013; 2014 e 2015, com exceção do ano de 2012 em que não houve publicação. Destaca-se que os relatórios consideram a análise da competitividade dos 65 destinos indutores, a saber:

Quadro 02 – Destinos Indutores do Turismo, segundo o Ministério do Turismo.

Alto Paraíso de Goiás	Campo Grande	Macapá	Porto Seguro
Angra dos Reis	Corumbá	Maceió	Porto Velho
Aracaju	Cuiabá	Manaus	Porto Alegre
Aracati	Curitiba	Maragogi	Recife
Armação de Búzios	Diamantina	Maraú	Rio Branco
Balneário Camboriú	Fernando de Noronha	Mata de São João	Rio de Janeiro
Barcelos	Florianópolis	Mateiros	Salvador
Barreirinhas	Fortaleza	Natal	Santarém
Belém	Foz do Iguaçu	Nova Olinda	São Joaquim
Belo Horizonte	Goiânia	Ouro Preto	São Luís
Bento Gonçalves	Gramado	Palmas	São Raimundo Nonato
Boa Vista	Ilhabela	Paranaguá	São Paulo
Bonito	Ipojuca	Paraty	Teresina
Brasília	Jijoca de Jericoacoara	Parintins	Tibau do Sul
Cáceres	João Pessoa	Parnaíba	Tiradentes
Caldas Novas	Lençóis	Pirenópolis	Vitória

Para a realização desses relatórios foram estabelecidas 13 dimensões sendo elas: infraestrutura geral, serviços e equipamentos turísticos, acesso, atrativos turísticos, marketing e promoção do destino, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento, economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais, aspectos ambientais e aspectos culturais. Subdividindo-as em variáveis, a partir destas dimensões, o relatório consiste na “verificação das capacidades, direta e indiretamente relacionadas à atividade turística, considerando-se que essas são as que mais qualificam um destino como competitivo no turismo, de maior ou menor grau.” (MTur, 2014, p.55).

A análise dos dados considerou os pressupostos da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (2007) pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que aposta grandemente no rigor do método como forma de não se perder na heterogeneidade de seu objeto. Dessa forma, previamente, foram determinadas categorias de análise baseadas nas dimensões e variáveis sobre competitividade instituídas pelos relatórios, em que se buscou relacionar os fatores que prevaleceram durante os anos investigados, separados por aspectos positivos e negativos.

Este processo permitiu o agrupamento dos dados para que fossem estabelecidas as relações que levam à análise das informações, possibilitando assim a interpretação dos resultados encontrados.

4 ANÁLISE DOS DESTINOS INDUTORES

A partir do levantamento de dados pode-se constatar que apesar da grande diversificação turística encontrada nos destinos brasileiros todos compartilham problemas semelhantes, mas que de forma geral obtiveram melhorias significativas.

Verificando os destinos por suas dimensões durante o período de 2008 a 2015 identificaram-se as principais características gerais que alavancaram e diminuíram a competitividade dos destinos, como mostra o quadro 02:

Quadro 02 – Itens que alavancaram e diminuíram a competitividade dos destinos na macro dimensão Infraestrutura.

Dimensão	Alavancou a competitividade do destino	Diminuiu a competitividade do destino
Infraestrutura geral	Atendimento médico de emergência 24h; Serviços privados de atendimento de urgência e emergência que aceita algum plano de saúde/convênio médico; Fornecimento de energia elétrica;	Qualidade no fornecimento de energia elétrica; Acessibilidade;
Acesso	Acesso aéreo; Possui terminais rodoviários;	Congestionamento; Falta de estacionamento; Falta de domínio em idioma estrangeiro;

Pode-se constatar que perante a dimensão da infraestrutura geral, os fatores que obtiveram influência positiva nesta dimensão estão o fato dos serviços públicos e privados de atendimento médico 24h serem citados em todos os anos, embora tenha sido mencionado por atuarem acima da sua capacidade de atendimento em 2010 e 2014. Também, observou-se aumento no fornecimento de energia elétrica, levando em consideração, porém, que alguns destinos sofrem problemas com quedas em alta temporada. Ainda, nos últimos anos foram considerados como fator positivo os serviços privados de atendimento de urgência e emergência que aceita algum plano de saúde/convênio médico, presença de ciclovias e limpeza pública. Quanto aos desafios a serem melhorados na infraestrutura geral, pondera-se a qualidade no fornecimento de energia elétrica, que sofre de muita instabilidade e ocorrem muitas quedas durante a alta temporada. Além disso, questões relacionadas à acessibilidade precisam ser observadas.

Em relação à dimensão de acesso, os estados tiveram uma grande evolução em relação a aeroportos com voos regulares e a possuem terminais rodoviários. Porém houve queda em 2014 em função do serviço de táxi ser regulamentado e em 2015 por não apresentar a mesma regulamentação; outro aspecto a ser considerado são quesitos como a mobilidade urbana, que se repetem ao longo dos anos nos relatos anuais com problemas de congestionamentos e falta de estacionamento, além da falta de linhas regulares de transportes turísticos com roteiros pré-definidos para atender aos turistas.

Quadro 03 – Itens que alavancaram e diminuíram a competitividade dos destinos na macro dimensão Turismo.

Dimensão	Alavancou a competitividade do destino	Diminuiu a competitividade do destino
Serviços e equipamentos turísticos	Sinalização turística viária; Centro de atendimento ao turista; Qualificação profissional;	Acessibilidade; Preservação do meio ambiente e sustentabilidade; Capacitação com a higiene de alimentos;
Atrativos turísticos	Conservação urbanística e ambiental do entorno; Estrutura física considerada boa na maior parte das destinações;	Acessibilidade; Estudos de capacidade de carga;
Marketing e promoção	Participação de feiras e eventos; Materiais promocionais;	Plano de marketing; Web sites;

No quadro 03, pode ser observado que, em relação aos serviços e equipamentos turísticos, as destinações contam com a presença de sinalização turística viária que é citada em todos os anos da pesquisa, além de centros de atendimento ao turista, oferta de qualificação profissional nos quais os destinos contam com cursos técnicos preparatórios para as atividades ligadas ao turismo e a presença de empresas de receptivo. Em 2015 destacou-se o fortalecimento da gastronomia local, aplicando receitas baseadas em ingredientes típicos da região; por outro lado destacou-se a falta de capacitação quanto à manipulação e higiene dos alimentos e o oferecimento de incentivos formais para a priorização da questão ambiental em meios de hospedagem. Na dimensão dos atrativos turísticos os aspectos da estrutura física e de conservação urbanística e ambiental são elencados como positivos durante os anos de 2009, 2012 e 2015, enquanto estudos de capacidade de carga e acessibilidade são relatados em todos os anos como aspectos a serem melhorados.

O marketing, por sua vez, deveria ser desenvolvido nas destinações com base em um plano de marketing formal, porém ele só foi estabelecido no último ano analisado (2015). Ainda dos fatores que foram desenvolvidos ao longo dos anos com maior frequência foi à participação em feiras e eventos, o desenvolvimento de material promocional em outro idioma. É mais recentemente, em 2015 os destinos, desenvolveram uma marca promocional turística. Entre os fatores limitadores da dimensão estão à ausência de planejamento de marketing estruturado e o aumento de estratégias promocionais digitais, contudo como em 2015 foi estabelecido o marketing formal, talvez esse aspecto, a partir de 2016, tivesse sido corrigido, mas como o relatório não foi realizado em 2016 não será possível avaliar esse aspecto.

Quadro 04 – Itens que alavancaram e diminuíram a competitividade dos destinos na macro dimensão Política.

Dimensão	Alavancou a competitividade do destino	Diminuiu a competitividade do destino
Políticas públicas	Compartilhamento de projeto entre secretarias; Investimentos diretos; Desenvolvimento de atividades ou projetos em conjunto;	Ausência de planejamento formal;
Cooperação regional	Material promocional da região; Projeto de cooperação regional compartilhado com outros destinos; Plano de desenvolvimento turístico integrado;	Instância de governança regional;
Monitoramento	Pesquisas de oferta e demanda;	Ausência de setor específico de estudos e de pesquisas sobre o setor;

Destaca-se no quadro acima, o crescimento a partir de 2013 no compartilhamento de projetos entre secretarias de turismo, quanto à presença de instâncias de governança municipal as quais passaram a se desenvolver a partir de 2010, além do recebimento de investimentos do governo federal no período de 2009, 2014, e 2015, e do governo estadual em 2014 e convênio ou contrato de repasse com o Ministério do Turismo em 2015. Verificou-se, ainda, que houve compartilhamento de projetos entre as secretarias de turismo e secretarias de outros destinos, porém questões como o planejamento formal foram vistas como negativas até 2014.

Outra dimensão da análise trata da cooperação regional, sendo que desde 2010 os destinos se destacam nessa dimensão por apresentar um plano de desenvolvimento turístico integrado, por integrar roteiros regionais desde 2009 e contar com projeto de cooperação regional compartilhado, aspectos esses destacados positivamente no período de 2009 a 2015, somente havendo uma pequena queda em 2013. Por outro lado, o relatório aponta instâncias inativas, que não foram instituídas na maioria dos destinos analisados no relatório.

Analisando o monitoramento foi possível averiguar que a presença de pesquisas de demanda e oferta são presentes nos destinos em todos os anos, tendo apenas uma queda nos anos de 2011 e 2013 por não serem atualizadas, nem permanentes. Outro fator importante é a presença de pesquisas relacionadas ao perfil do público visitante nos atrativos das destinações ou eventos. Além disso, relatórios de acompanhamento e monitoramento de impactos econômicos, sociais ou ambientais são escassos e citados como negativos no período de 2011 a 2014. Por fim, pode-se destacar que setores específicos de estudos e de pesquisas em turismo de todos os anos, citados como negativos, em 2015 passam a surgir junto às administrações públicas.

Quadro 05 – Itens que alavancaram e diminuíram a competitividade dos destinos na macro dimensão Economia.

Dimensão	Alavancou a competitividade do destino	Diminuiu a competitividade do destino
Economia local	Acesso gratuito a internet; Cobertura de celular;	Pouca participação em eventos de padrão internacional;
Capacidade empresarial	Presença de escolas técnicas, faculdades, universidades e escolas de formação de idiomas estrangeiros; Hotéis de redes nacionais ou internacionais	Ausência de arranjos produtivos locais (APL) de empresas; Falta de pessoal capacitado;

A economia local, como pode ser visualizada no quadro 05, é uma das dimensões que se mantém mais estável ao longo do período analisado, na qual pode ser observado algumas evoluções como pequenos acréscimos como o crescimento de pontos de acesso gratuito à internet em locais públicos, o crescente número de operadoras de telefonia e os benefícios de isenção ou redução de imposto para atividades ligadas ao turismo que vem se desenvolvendo. Já, perante os fatores limitadores consta a baixa atuação dos *Convention & Visitors Bureau* nas destinações, o que refletiu no número de destinos que sediaram grandes eventos.

Quando se trata da dimensão de capacidade empresarial, nota-se a presença de escolas técnicas, universidades, etc. para a formação de profissionais voltados para a área do turismo nos destinos em todos os anos de relatório e o grande fluxo de empresas hoteleiras nacionais e internacionais. Nos últimos anos, 2014 e 2015, ocorreu uma diminuição de estabelecimentos nacionais e internacionais nos segmentos de locação de automóveis e alimentação, além da ausência de arranjos produtivos locais (APL) em empresas durante todos os anos da pesquisa além da falta de profissionais capacitados para atuar na área.

Quadro 06 – Itens que alavancaram e diminuíram a competitividade dos destinos na macro dimensão Sustentabilidade.

Dimensão	Alavancou a competitividade do destino	Diminuiu a competitividade do destino
Aspectos sociais	Programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos por parte da população; Programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos por parte da população	Profissionais sem qualificação adequada; Uso de mão de obra informal;
Aspectos ambientais	Existência de um código ambiental municipal;	Falta de destinação correta de resíduos;
Aspectos culturais	Bens tombados como patrimônio histórico e artísticos; Forte presença de patrimônio cultural;	Falta de organização do setor;

Como podem ser verificados no quadro 06, os aspectos sociais destacam que entre as maiores deficiências desta dimensão estão relacionadas à capacitação técnica e de idiomas, atendimento ao cliente e a utilização de mão de obra informal em atividades turísticas, principalmente em período de alta temporada. Porém, notou-se um avanço nas destinações em relação a programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, política de sensibilização da comunidade sobre a atividade turística no destino. Citado em 2009, mas retomado somente em 2014, estão projetos que visam a participação da comunidade nas decisões relacionadas aos projetos turísticos, além do desenvolvimento de política formal de conscientização do turista sobre como respeitar a comunidade local retomado em 2015. Por fim, cabe ressaltar que em todos os anos as políticas ou atividades contra a exploração sexual de crianças e adolescentes são consideradas positivas.

Analisando os aspectos ambientais das regiões conclui-se que é um fator que precisa de muita atenção e evolução dos destinos considerados, por apresentar problemas na forma correta de descarte, reaproveitamento e tratamento de resíduos. O que favorece as regiões é a presença de conselho ou fórum municipal de meio ambiente ativo e a existência de um código ambiental municipal em vigor desde 2009, porém o desenvolvimento das coletas seletivas e das destinações adequadas para os resíduos ainda são aspectos a serem melhorados.

Por fim, a dimensão dos aspectos culturais que começou a ter implantação de projetos culturais em 2010, passou a se desenvolver apenas em 2014, levando como favorecimento a existência de uma associação de artesãos, grupos artísticos locais desde 2011, o que ajuda a preservar as tradições locais. Apesar de ter avançado em seu patrimônio artístico e cultural, os relatórios apontam que os destinos ainda não dispõem de controles de capacidade de carga ou suporte para a utilização do patrimônio cultural de forma adequada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentalmente a competitividade está ligada à concorrência de mercado, podendo assim ser entendida como a soma de ações ou estratégias que visam o desenvolvimento do seu destino, estado ou até mesmo país (DOMARESKI-RUIZ, 2015). Porém todo o processo de desenvolvimento, se considerado pelo viés da competitividade, pode contribuir positivamente para o turismo e suas destinações, especialmente para orientar aspectos que tenham como foco o planejamento, estrutura, apoio governamental, entre outros.

Ao fazer uma avaliação do presente trabalho que teve como objetivo analisar a competitividade dos 65 destinos indutores constatou-se que, apesar da grande diversificação das destinações avaliadas no trabalho todas elas partilham de problemas semelhantes e,

felizmente, com o passar dos anos os destinos indutores conseguiram obter melhorias significativas.

Outro aspecto observado foi que os destinos mais conhecidos e que recebem mais turistas foram os que mais se desenvolveram e, conseqüentemente, os com menor fluxo de turistas e que contam com o turismo como atividades secundárias foram os que menos obtiveram melhorias nos índices de competitividade.

Em vista dos dados apresentados, pode-se mencionar a dificuldade de encontrar dados precisos em relação a cada dimensão. Destaca-se, contudo, que ainda há um enorme trabalho pela frente tanto em relação a conhecimentos científicos como quanto à aplicação prática de trabalhos relacionados à competitividade nos destinos; para isso sugere-se a verificação das ações de políticas públicas se as mesmas são planejadas com antecedência ou não, e também compreender a relação dos impactos econômicos observados nos destinos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. (4. Ed). Lisboa-Portugal: Edições 70, 2007.

BARNEY, J. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*. v. 7, n.1, p. 99-120, 1991.

BRASIL. Ministério do turismo. Ações e programas – Índice de competitividade do turismo nacional. **Destinos indutores do desenvolvimento regional**. Brasília. Acesso em: <<http://www.turismo.gov.br/aceso-a-informacao/63-acoes-e-programas/4885-indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>> Acesso em: 8 ago.2017

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2008**. Brasília, 2008. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2009**. Brasília, 2009. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2010**. Brasília, 2010. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2011**. Brasília, 2011. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2013**. Brasília, 2013. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2014**. Brasília, 2014. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. Ministério do turismo. Dados e fatos. **Índice de competitividade do turismo nacional – Relatório 2015**. Brasília, 2015. Acesso em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/indice-de-competitividade-do-turismo-nacional.html>>. Acesso em: 4 set. 2017.

CROUCH, G. I.; RITCHIE, J. R. B. Tourism, Competitiveness and Societal Prosperity. **Journal of Business Research**, v. 44, n. 3, p. 137-152, 1999.

DOMARESKI-RUIZ, C. T.; AKEL, G. M.; GÂNDARA, J. M. G.. Estudos de Competitividade Turística – Comparativo do Modelo de Dwyer e Kim e do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Brasil. **Turismo e Sociedade**, v. 8, n. 1, 2015.

DOMARESKI, T. C. **A Competitividade das Destinações Turísticas: O caso de Foz do Iguaçu (PR), BRASIL**. 2011. 182 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2011.

FAVERO, I. M. R. A Competitividade do Turismo: O Caso de Bento Gonçalves – Serra Gaúcha. In: VIII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2012, Caxias do Sul. **Anais...Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul**, 2012.

GÂNDARA, J. M. G. A imagem dos destinos turísticos urbanos. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**, v. 16, n. especial, 2008.

HASSAN, S. Determinants of Markets Competitiveness in an Environmentally Sustainable Tourism Industry. **Journal of Tourism Research**, v. 38, p. 239-245, 2000.

LIMBERGER, P. F., DOS ANJOS, F. A., & FILLUS, D. Análise da implantação e operação do Plano de Desenvolvimento Turístico de Itajaí (SC). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 1, p.78-94, 2012.

MONTEIRO, M., & FERNANDES, P.O. Competitividade de destinos turísticos: o caso das ilhas de Cabo Verde. Pasos: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 4, p. 875-896, 2015.

MOTA, K. C. N.; VIANNA, S. L. G.; DOS ANJOS, F. A. **Competitividade das destinações turísticas: estudo de casos brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2013.

SEBRAE. **Biblioteca do SEBRAE**. Caderno 1: Entendendo o atrativo turístico. São Paulo, 2008. Acesso em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/bis/serie-apresenta-oportunidades-e-tendencias-no-setor-deturismo,e16a6d461ed47510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 26 out. 2017

PRZYBYSZEWSKI, J.; FERNANDES, P. O.; NIADA, A. C. M. **A competitividade turística entre as regiões brasileiras.** Ver. Anais Bras. De Est. Tur./ ABET, Juiz de Fora, v.7, n.2, p.65 – 81, Maio/Ago., 2017.

KIM, C.; DWYER, L. Destination competitiveness and bilateral tourism flows between Australia and Korea. **The Journal of Tourism Studies.** V. 14, n. 2, p. 55-67, 2003.

RAUPP, F. M. et al. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática,** v. 3, p. 76-97, 2003.

SETTE, I. R.; SANTOS, G. E. O.; UVINHA, R. R. **Modelos de competitividade de destinos turísticos: evolução e críticas.** Ver. Observatório de inovação do turismo, v. XI, n.1, 2017.